



Distúrbios no Chile

Há anos o Chile é reconhecido como modelo de gestão educacional na América Latina. Detentor da melhor classificação no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) na América Latina, obtendo o 44º lugar na última edição (o Brasil conseguiu apenas o 53º lugar), nossos vizinhos investem 7,5% do PIB em educação. Para efeito de comparação, o Brasil investe aproximadamente 5,1% do PIB.

Paralelamente, a população chilena atinge 96,5% de alfabetização (contra 89,6% no Brasil), processo esse alcançado em um período de 20 anos, algo digno de elogios.

Com uma população bem menor que a brasileira, e um contexto cultural que difere substancialmente do existente em nosso país, o Chile possui 1 milhão de estudantes cursando o ensino superior e 3,5 milhões frequentando escolas do ensino básico.

Apesar do aparente quadro de estabilidade vivenciada pela sociedade chilena até junho/2011, desde então distúrbios estudantis têm sacudido bases governistas.

A principal reivindicação do movimento estudantil (que tem contado com a adesão crescente de outras parcelas da sociedade) refere-se à uma maior equidade na qualidade da educação ofertada. Vale ressaltar que o sistema educacional chileno, no tocante ao ensino básico, é subdividido em três tipos de estabelecimentos escolares: escolas “privadas” (que recebem subvenção estatal), escolas puramente municipais e escolas puramente privadas. Dependendo do entorno socioeconômico dessas escolas, constata-se diferenças marcantes no desempenho dos alunos.

No ensino superior, a maioria das faculdades é privada, fato que inibe o acesso de parcelas menos favorecidas da população.

Neste cenário, diferentes estratos da sociedade têm se mobilizado, exigindo mais eficiência e racionalidade na alocação dos recursos públicos.

Semana passada o Governo, através do Ministro da Educação Felipe Bulnes, acenou com mudanças emergenciais, no sentido de conter protestos cada vez mais intensos: criação de uma “Agência de Qualidade da Educação” e a “desmunicipalização” das escolas privadas subvencionadas. No ensino superior, a proposta do Governo se concentrou no fim do lucro dos estabelecimentos privados que recebem recursos públicos.

Diferenças marcantes entre os sistemas educacionais chileno e brasileiro existem, consequência do tipo de colonização e organização social encontrada nesses países.

A lição que o Chile nos ensina reside na constante luta pela melhora da qualidade da educação pública, com amplo envolvimento da sociedade civil.

Temos exemplos pontuais e escassos no Brasil. Neste momento, o que nos cabe como sociedade é vencer definitivamente a inércia.